

República Democrática



de São Tomé e Príncipe

PREPARAÇÃO À TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS
PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO,
ÁPIA, SAMOA 2014

RELATÓRIO NACIONAL



S.TOMÉ, JULHO DE 2013



SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|---|
| AAP | Programa de Adaptação para Africa |
| AND | Autoridade Nacional Designada |
| BPoA | Plano de Acção dos Barbados |
| CBD | Convenção sobre a Biodiversidade |
| CCD | Convenção de Combate a Desertificação nos países gravemente afectados pela Seca |
| CNUAD | Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento |
| CO ² | Dióxido de Carbono |
| CONPREC | Conselho Nacional de Preparação e Resposta a Catástrofes |
| CQNUMC/UNFCCC | Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas |
| DGA | Direcção Geral do Ambiente |
| DGRNE | Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia |
| ENDS/NSDS | Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentado |
| ENRP/ SNRP | Estratégia Nacional para Redução da Pobreza |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura |
| GEE | Gases com Efeito de Estufa |
| GEF | Fundo para o Ambiente Mundial |
| GRC | Gestão de Riscos de Catástrofes |
| IDE | Investimento Directo Estrangeiro |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| INM | Instituto Nacional de Meteorologia |
| IOF | Inquérito aos Orçamentos Familiares |
| LDCF | Fundo para os Países Menos Avançados |
| MAB | Programa Homem e Biosfera |
| MC | Mudanças Climáticas |
| MDL | Mecanismo de Desenvolvimento Limpo |
| MSI | Estratégia de Implementação das Maurícias |
| NAPA | Plano de Acção Nacional para Adaptação às mudanças climáticas |
| NEPAD | Nova Parceria para o Desenvolvimento da Africa |
| ODM | Objectivos de Desenvolvimento do Milénio |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| ONUDI | Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial |
| PEID/ SIDS | Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNADD | Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável |
| PNUA | Programa das Nações Unidas para o Ambiente |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| QUIBB | Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar |
| RAN | Relatório de Avaliação Nacional |
| RAP | Região Autónoma do Príncipe |
| SIDA | Síndrome de imunodeficiência adquirida |
| SNU | Sistema das Nações Unidas |
| STP | São Tomé e Príncipe |
| UNDAF | Plano Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UNGA | Assembleia-geral das Nações Unidas |

ÍNDICE

| | | |
|-------------|--|-----------|
| I. | INTRODUÇÃO..... | 3 |
| | I.1. Contexto..... | 3 |
| | I.2. Objectivo..... | 4 |
| | I.3. Metodologia..... | 4 |
| | I.3.1. Revisão Bibliográfica..... | 4 |
| | I.3.2. Consulta Multi-stakeholders..... | 4 |
| | I.3.3. Elaboração do Relatório Síntese..... | 5 |
| II. | PROGRESSOS REALIZADOS, LACUNAS LIÇÕES APRENDIDAS E NA IMPLEMENTAÇÃO DA BPOA E MSI | 5 |
| | II.1. Contexto..... | 5 |
| | II.2. Contexto Socioeconómico..... | 5 |
| | II.3. Contexto Ambiental..... | 8 |
| | II.4. Progressos Realizados..... | 9 |
| | II.5. Quadro Legislativo..... | 9 |
| | II.6. Ratificação das Convenções Internacionais..... | 10 |
| | II.7. Quadro Institucional..... | 11 |
| | II.8. Políticas, Planos e Estratégias..... | 12 |
| | II.9. Melhores Práticas..... | 13 |
| | II.10. Constrangimentos/Insuficiências..... | 14 |
| III. | COMPROMISSO RENOVADO | 16 |
| IV. | DESAFIOS NOVOS E EMERGENTES | 17 |
| | IV.1. Desafios Novos e Emergentes..... | 17 |
| | IV.2. Acções para superar os desafios..... | 18 |
| V. | PRIORIDADES E EXPECTATIVAS DE STP EM RELAÇÃO A III CONFERENCIA 2014..... | 19 |
| | V.1. Prioridades para a próxima década..... | 19 |
| | V.2. Expectativas de STP em relação à Conferência de Samoa 2014..... | 21 |
| VI. | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 21 |
| VII. | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 22 |

I. INTRODUÇÃO

I.1. CONTEXTO

Em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, os líderes mundiais se reuniram para a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CNUAD), também conhecida como a Cimeira da Terra ou Rio-92. A conferência definiu os princípios fundamentais e Programa de Acção para assegurar um desenvolvimento sustentável. Nesta Conferência foi adoptada a Agenda 21. Este documento focaliza, entre outros, temas como os oceanos, a desertificação, a erradicação da fome e pobreza extremas, a mudança de padrões de produção e de consumo, a protecção e gestão dos recursos naturais. Contudo, o maior problema refere-se à sua implementação, que exige elevados recursos financeiros.

Dez anos depois da Conferência do Rio, foi a vez de Joanesburgo, África do Sul, sediar a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+10. O objectivo era avaliar os avanços e identificar os obstáculos que impediram os países de promover grandes avanços em relação aos compromissos assumidos na Conferência do Rio-92.

Vinte anos depois, o Rio de Janeiro volta a sediar em 2012, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada de Rio+20. A Conferência Rio+20 proporcionou um momento oportuno para que políticos, formuladores de políticas, o setor privado, os especialistas, a sociedade civil e grupos de defesa de direitos avaliassem os progressos realizados durante os últimos 20 anos depois de Rio-92 e preparar uma estratégia rumo a economia verde.

Depois da Cimeira da terra, em 1992, o mundo começou a dar uma atenção especial às particularidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), o que levou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, em Bridgetown, Barbados em 1994, onde se adoptou um Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (BPoA) identificando 15 domínios prioritários. Dez anos depois de Barbados, isto é, em Janeiro de 2005, na cidade de Port Louis, capital da República das Maurícias, as Nações Unidas organizaram uma Conferência Internacional para avaliar os progressos realizados e aprovar a Estratégia de Maurícias para a Implementação do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (MSI).

O presente Relatório inscreve-se no âmbito da preparação da participação de São Tomé e Príncipe na Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a ter lugar na cidade de Ápia, nas Ilhas Samoa, em 2014. O documento apresenta a avaliação dos progressos realizados depois de 1992 até a data presente e as insuficiências e lacunas na realização dos objectivos do desenvolvimento sustentável e na implementação do Plano de Acção dos Barbados (BPoA) e Estratégia das Maurícias (MSI). Este exercício visou também identificar os novos e emergentes desafios, as parcerias internacionais e as prioridades para o desenvolvimento sustentável dos PEID na elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas.

Espera-se que este relatório represente, acima de tudo, um instrumento de conhecimento e de atuação política.

I.2. OBJECTIVO

O objectivo deste documento consiste em preparar a participação de São Tomé e Príncipe na Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento que terá lugar na cidade de Ápia, nas Ilhas Samoa, em 2014. Ele consiste especificamente em:

- Fazer a avaliação dos progressos realizados depois de 1992 até a data presente e as lacunas na realização dos objectivos do desenvolvimento sustentável e na implementação do Plano Acção dos Barbados (BPoA) e Estratégia das Maurícias (MSI);
- Identificar os novos e emergentes desafios, as parcerias internacionais e as prioridades para o desenvolvimento sustentável dos PEID na elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas;
- Produzir um Relatório Síntese para a delegação de São Tomé e Príncipe apresentar na Conferência de Samoa em 2014.

I.3. METODOLOGIA

I.3.1. Revisão Bibliográfica

Para se atingir os objectivos que nortearam a elaboração deste documento foi feita a compilação e consulta da documentação existente a partir de informações pertinentes de vários documentos procedentes das diversas instituições públicas, directa ou indirectamente relacionadas com o assunto em estudo. Entre os documentos consultados destacam-se o Relatório Nacional de Avaliação da Estratégia de Implementação das Maurícias, a Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) e Relatório Anual de Seguimento da Implementação da ENRP, o Plano Nacional de Ambiente para o Desenvolvimento Durável, (PNADD), o Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 e o Relatório Rio+20.

I.3.2. Consulta Multi-stakeholders

O processo de recolha de dados foi complementado com os resultados das informações recolhidas dos *workshops* nacionais dos multi-stakeholders, que tiveram lugar nos dias 6 de Junho e 22 de Julho de 2013 e que contou com a participação activa de uma quarentena de participantes provenientes das Instituições Governamentais, dos Poderes Locais, das Organizações da Sociedade Civil e do Sector Privado, incluindo mulheres, jovens e estudantes.

O primeiro *workshop* teve por objectivo discutir os diferentes aspectos referentes a avaliação dos progressos realizados, as insuficiências e lacunas na realização dos objectivos do desenvolvimento sustentável e na implementação do Plano de Acção dos Barbados (BPoA) e Estratégia das Maurícias (MSI). Este exercício visou também identificar os novos e emergentes desafios, as parcerias internacionais e as prioridades para o desenvolvimento sustentável dos PEID na elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas. O sucesso deste atelier de consulta residiu no facto do método utilizado basear-se na dinâmica de grupo, o que conseguiu despertar e granjear uma participação muito activa dos participantes. O segundo *workshop* consistiu na discussão e validação da primeira versão do relatório.

I.3.3. Elaboração do Relatório Síntese

O Relatório Síntese foi elaborado na sequência do atelier nacional multi-stakeholders. Procurou-se incorporar todas as contribuições emanadas dos *workshops* de consulta de modo que o relatório pudesse reflectir a visão e as aspirações de todas as partes envolvidas. Este Relatório compreende 6 capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução incluindo o contexto geral do estudo, os objectivos e a metodologia. O segundo capítulo apresenta os progressos realizados, com um acento particular sobre os avanços em termos institucionais, legais e planificação, as lacunas na implementação do Plano de Acção dos Barbados (BPoA) e Estratégia das Maurícias (MSI). O terceiro capítulo apresenta o compromisso renovado e as ações práticas e pragmáticas que poderão garantir o prosseguimento da execução do BPoA e MSI. O quarto capítulo apresenta os desafios novos e emergentes, bem como os meios para resolvê-los. O quinto capítulo apresenta as prioridades do país para os próximos dez anos e o sexto capítulo apresenta finalmente as conclusões e recomendações.

II. PROGRESSOS REALIZADOS, LACUNAS E LIÇÕES APRENDIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA BPoA e MSI

II.1. CONTEXTO

Antiga colónia portuguesa, a República Democrática de S.Tomé e Príncipe é um país insular situado na costa ocidental do continente africano, no Golfo da Guiné, a 350 km do Gabão. Com uma população de 178.739 habitantes (quarto Recenseamento Geral da População e Habitação, 2012), o arquipélago possui uma superfície total de 1001 km² e é composto de duas ilhas principais. A ilha de São Tomé e seus ilhéus perfaz 859 km² de superfície e a ilha do Príncipe e seus ilhéus, cobre uma superfície de 142 km². As ilhas são de origem vulcânica, com um relevo muito acidentado cujos pontos mais altos são o Pico de São Tomé (2024 m) e o Pico de Príncipe (948 m). O clima é tropical húmido, caracterizado por duas estações, sendo uma seca e uma estação de chuvas. A natureza montanhosa das ilhas está na origem da grande diversidade climática no país. O país dispõe de dois parques naturais com uma superfície total de 295 km² que representa cerca de 30% da superfície do arquipélago.

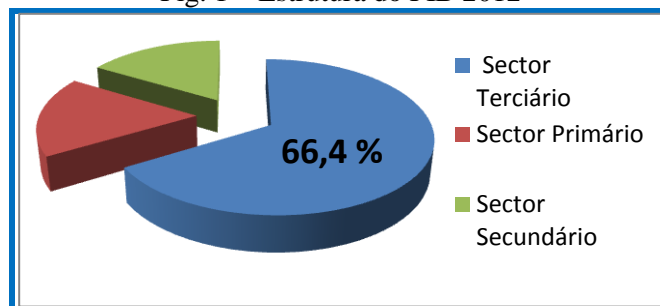
II.2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

S.Tomé e Príncipe é considerado vulnerável devido essencialmente a reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e sua exposição a forte pressão humana sobre os recursos naturais e crises financeiras globais. É um país pobre, decorrente da fragilidade do seu tecido económico e da reduzida capacidade interna de produzir riquezas e criar empregos capazes de garantir melhores condições de vida a sua população. Apesar desta vulnerabilidade, com o apoio dos parceiros ao desenvolvimento, o país começou a adoptar progressivamente políticas fiscais e monetárias para a promoção do crescimento económico. Nos últimos 10 anos, o país conheceu um ritmo sustentável de crescimento, com uma taxa de crescimento médio do PIB real na ordem dos 5,2%, ligeiramente superior à taxa de crescimento médio dos países da África ao Sul do Sahara (4,8%) (ENRPII, 2012-2016). Este crescimento conduziu a uma melhoria sustentada do rendimento *per capita*, pela primeira vez desde a independência. Este crescimento foi impulsionado, por um lado, pelo aumento de fluxos de financiamento externo, especialmente de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), antecipando a potencial produção de petróleo e, por outro, pela reafectação de recursos de fins menos produtivos (agricultura) para outros mais produtivos (serviços, transportes, construção e obras publicas, comércio), que fez subir o potencial de crescimento do país.

O bom desempenho macroeconómico não traduz, necessariamente, uma melhoria significativa nas vidas das pessoas. Embora, a falta de dados estatísticos confiáveis sobre o perfil da pobreza não permite determinar a situação de pobreza em São Tomé e Príncipe, algumas observações empíricas indicam que a situação de pobreza piorou desde o último levantamento, em 2001 (UNDAF, 2012-2016). Todavia, questiona-se a avaliação da FAO que integra São Tomé e Príncipe entre os 38 países que irão realizar em 2015 o primeiro objectivo do desenvolvimento do milénio e o objectivo da Cimeira Mundial de Alimentação.

De acordo com o último Relatório do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano de 2013, São Tomé e Príncipe ocupa o 144º lugar entre 187 países, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,525. Seu nível de rendimento médio de 1.508,64 dólares/habitante 2012 o coloca no grupo dos países de rendimento intermediário, com um produto interno bruto (PIB) em 2012 estimado de 264 milhões de dólares. O desempenho da atividade económica tem sido fortemente dominado pelo sector terciário. De 2002 a 2011, este sector cresceu em média 6% e representa 66,4% do PIB. Foi sobretudo impulsionado pelos sectores de comércio, transportes, armazenagem e comunicações, e da administração pública. O sector secundário representa em média 16,4% do PIB, tendo crescido em média 2,6% durante o mesmo período. Ainda no sector secundário, o maior crescimento registou-se nas indústrias de transformação. Por fim, o sector primário cresceu em média de 2,3%, e contribuiu com 17,2% no PIB (ENRP II, 2012-2016).

Fig. 1 – Estrutura do PIB 2012



Fonte: INE, 2012

De acordo com a repartição da pobreza por distrito, a pobreza reduziu em todos os distritos, com exceção do distrito de Água Grande (aumentou de 39,4% em 2000 para 52% em 2010). A maior redução verificou-se no distrito de Mé-Zochi, que passou de 58,9% em 2000 para 38% em 2010. Não obstante os progressos verificados ao nível global, a maior parte da população pobre situa-se nos distritos de Caué, Lembá e Lobata, onde mais de 50% das populações estão abaixo da linha da pobreza definida em 24 mil dobras diários por pessoa. Região do Príncipe situa-se numa zona intermédia, a taxa de incidência da pobreza no mesmo período baixou 1,6 ponto percentual (de 60,1% para 58,5%), a profundidade da pobreza 3,5% pontos percentuais (de 24,1% para 20,6%) e a severidade da pobreza 2,8 pontos percentuais (de 12,1% para 9,3%).

A integração dos jovens no mercado de trabalho é dificultada pela ausência de uma política nacional de emprego e formação profissional. A incapacidade do Governo de criar empregos faz dos jovens, a franja mais vulnerável da população, o que por sua vez, coloca um desafio para a estabilidade política e prosperidade económica. A definição de uma política integrada de emprego e formação profissional, a problemática da prostituição, a toxico dependência, o alcoolismo e a gravidez na adolescência são fenómenos que constituem importantes desafios para o país nos próximos anos. A descoberta das reservas de petróleo poderá ser uma alternativa para o desenvolvimento económico do país. Entretanto,

a exploração do petróleo offshore coloca igualmente um conjunto de preocupações e desafios ao desenvolvimento e estabilidade económica do país, tendo em conta a insuficiência do sistema jurídico e regulamentar e a fraca capacidade do sector público e privado.

Os desafios que o país enfrenta põem em evidência que São Tomé e Príncipe deve continuar a fazer esforços no sentido de cumprir os Objectivos de Desenvolvimento Milénio. No entanto, um conjunto de metas e de objectivos não serão atingidos no horizonte 2015 mesmo que esforços excepcionais sejam efetuados. Treze anos após a Declaração do Milénio, em 2000, foram alcançados alguns progressos em direção às metas fixadas em alguns domínios, embora tenham sido lentos. As dificuldades foram sobretudo de ordem financeira. Esta situação tem a ver com o nível do crescimento económico, assim como com a qualidade da governação, sobretudo económica, o que tem contribuído para retardar o processo de redução dos níveis da pobreza. De acordo com as tendências atuais nos diversos indicadores que compõem os oito ODMs, São Tomé e Príncipe não estará em condições de poder alcançar todos os OMD em 2015.

Tabela 1 : Tabela sinótica para alcançar os ODMs

| OBJECTIVOS | Probabilidade de ser atingido em 2015 | Grau de Engajamento Nacional |
|--|---------------------------------------|------------------------------|
| Objectivo 1: Reduzir a extrema pobreza e a fome | Fraco | Fraco |
| Objectivo 2: Assegurar a educação primária para todos | Provável | Forte |
| Objectivo 3: Promover a igualdade dos sexos e autonomização das mulheres | Fraco | Razoável |
| Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil | Provável | Forte |
| Objectivo 5: Melhorar a saúde materna | Potencial | Razoável |
| Objectivo 6: Combate o VIH/SIDA, o paludismo e outras doenças | Provável | Forte |
| Objectivo 7: Assegurar um ambiente sustentável | Potencial | Razoável |
| Objectivo 8: Estabelecimento de uma parceria para o desenvolvimento | Improvável | Fraco |

Fonte: UNDAF, 2012-2016

Como se pode ver na tabela 1, São Tomé e Príncipe poderá alcançar o segundo objectivo dos ODMs relativo a educação primária para todos. A taxa de alfabetização é maior do que a da maior parte dos países da África ao sul do Saara (87% em 2007), embora ainda existam disparidades entre homens e mulheres (82,7% para as mulheres e 93,4% para os homens).

O desenvolvimento atual permite aferir que, apesar dos progressos importantes na educação (ver caixa 1) e na saúde, muito ainda resta por fazer nos domínios da igualdade e da equidade de género, autonomização das mulheres, estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento com a aplicação efetiva da Declaração de Paris e, principalmente, no combate para a redução da pobreza (ENRP II). Portanto, STP é um país pobre amplamente dependente da ajuda externa, nomeadamente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que financia a maioria do Programa de Investimento Público.

Caixa 1 : Progresso para a conquista dos ODMs

- O mundo, como um todo, está no caminho para a conquista do ODM1 e em 2015, a taxa de pobreza global deverá cair abaixo de 15% - bem inferior à meta de 23%.
- Alguns dos países mais pobres fizeram os maiores avanços em educação (ODM2), por exemplo, Burundi, Ruanda, Samoa, **São Tomé e Príncipe**, Togo e Tanzânia conquistaram ou estão próximos à conquista da educação básica para todos.
- O número de óbitos das crianças com menos de cinco anos caiu de 12,4 milhões, em 1990, para 8,1 milhões em 2009 (ODM4), o que significa aproximadamente 12.000 mortes a menos de crianças a cada dia.

- Maior verba e esforços mais intensos de controlo reduziram as mortes por malária em 20% no mundo inteiro (ODM6), de quase 985.000 em 2000 para 781.000 em 2009.
- Novos casos de infecção por HIV apresentaram declínio constante (ODM6). Em 2009, 2,6 milhões de pessoas se infectaram – uma queda de 21% desde 1997, quando as novas infecções chegaram ao máximo.
- O número de pessoas que recebe terapia antirretroviral para HIV ou AIDS aumentou 13 vezes de 2004 a 2009 (ODM6), graças a maiores verbas e expansão de programas.
- Aproximadamente 1,1 bilhão de pessoas em áreas urbanas, e 723 milhões em áreas rurais, ganharam acesso a melhores fontes de água potável no período de 1990 a 2008 (ODM7).

Fonte Original: “Major progress towards Millennium Development Goals, but the most vulnerable are left behind, UN report says”, Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Milénio, Julho de 2011
In The: “ganhos triplos” para o desenvolvimento sustentável”, PNUD, Março 2012

II.3. CONTEXTO AMBIENTAL

A preocupação ambiental tem constituído preocupação dos sucessivos Governos desde os primeiros anos da independência, de Julho de 1975 a esta data. São Tomé e Príncipe possui uma flora e fauna bastante rica e ocupa um lugar de destaque ao nível da sub-região, no que concerne ao número de espécies de fauna e flora endémicas.

Todavia, a vulnerabilidade às mudanças climáticas, a diminuição das chuvas e a consequente diminuição dos caudais dos rios, a erosão costeira e as inundações, perda da biodiversidade; poluição dos rios, ribeiras e nascentes por produtos químicos; aumento da erosão costeira; expansão desordenada das áreas urbanas; desflorestação e degradação florestal; utilização de áreas com potencial agrícola para outros fins, e a consequente degradação dos solos fazem parte do rolo dos problemas que preocupam as autoridades de São Tomé e Príncipe. Os pequenos Estados insulares são os que menos contribuem para o aquecimento global, entretanto são os que mais sofrem com os efeitos deste fenómeno, correndo o risco de tornarem inabitáveis.

Embora quase 60% da área terrestre do país ainda conter floresta relativamente densa, a extração ilegal e não duradoura de madeira para combustível e para a construção de habitações e a procura de novas terras agrícolas para a prática de agricultura e horticultura, constituem potenciais ameaças para as florestas. A lenha e carvão constituem os principais combustíveis utilizados na cozinha de maior parte da população são-tomense, principalmente nas comunidades rurais. A desflorestação associada à utilização significativa de lenha como fonte de energia traduz-se numa redução da capacidade de absorção de CO², bem como na perda da biodiversidade e contribui para desregulação do regime de chuvas, acentuando assim o fenómeno de aquecimento global. Assim, torna-se necessário alertar a população e o poder político e económico para as desvantagens económicas, ambientais e sociais que decorrem da perda da floresta e da riqueza da biodiversidade do país.

O aquecimento global que tem originado o fenómeno das mudanças climáticas, tem acelerado a vulnerabilidade do país aos fenómenos naturais, que podem pôr em perigo a vida da população e das suas infraestruturas sociais, económicas e de desenvolvimento em geral. A subida de nível do mar, já é uma realidade no país e alguns fenómenos naturais já põem em perigo as comunidades que residem nas zonas costeiras, tendo já registado a destruição das habitações, inundações de algumas comunidades

originado pela intensa pluviosidade e pela turbulência das águas do mar, tendo sido destruídos vários materiais de trabalho dos pescadores, incluindo as suas embarcações.

As agressões ao ambiente ainda continuam a verificar em algumas partes do país. Anualmente, produzem-se toneladas de resíduos, cujos valores rondam as 22.000 toneladas, com tendência de aumentar cada ano. No que se refere ao dióxido de carbono, regista-se um aumento das emissões de CO² provenientes dos sectores da indústria energética maior contribuinte com cerca de 48%, seguida dos transportes com 43% e por último, residencial com apenas 9%. O êxodo rural acelera o processo de urbanização do país, de forma desorganizada, agravando a pobreza nos meios urbanos com a consequente degradação de qualidade de vida da população e do ambiente.

II.4. PROGRESSOS REALIZADOS

São Tomé e Príncipe tem estado a implementar o Plano de Acção dos Barbados (BPoA) e Estratégia das Maurícias (MSI), dentro da sua modesta capacidade financeira e material. A Estratégia e Plano de Acção das Maurícias preconizam que sejam desenvolvidas acções coordenadas nas seguintes áreas ambientais: *i)* mudanças climáticas e elevação do nível do mar; *ii)* catástrofes naturais e ambientais, *iii)* gestão de resíduos; *iv)* recursos costeiros e marinhos; *v)* recursos hídricos; *vi)* recursos retirados do solo; *vii)* recursos da biodiversidade; *viii)* recursos energéticos e *viii)* recursos turísticos.

Nos últimos vinte anos, São Tomé Príncipe registou melhorias significativas ao nível legislativo, institucional, bem como no âmbito das políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

II.5. QUADRO LEGISLATIVO

Após as Cimeira do Rio 92, São Tomé e Príncipe iniciou o seu processo de formulação do quadro legal para proteger o ambiente e recursos naturais. A Constituição da República de 1990 no seu Artigo nº 10 define um dos objectivos do Estado Santomense de “*Preservar o equilíbrio harmonioso da natureza e do ambiente*”, o que revela o engajamento das autoridades nacionais na preservação do ambiente. Com base nos princípios da Constituição da República e da Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi criada a Lei nº 10/99, de 15 de Abril, que cria as bases da política do Ambiente.

Os anos subsequentes, após a publicação da Lei de Bases do Ambiente, a produção de legislação ambiental no País aumentou de forma considerável, importa destacar os dispositivos legais relacionados com os sectores das florestas, comercialização e circulação de motosserras, importação da madeira e pranchas da madeira, resíduos sólidos urbanos, extração de inertes, avaliação dos impactos ambientais, pescas, conservação da tartaruga marinha e dos seus produtos, criação dos parques naturais de São Tomé e do Príncipe, conservação da fauna e da flora e das zonas protegidas, a importação, comercialização, utilização e gestão dos produtos químicos tóxicos e perigosos, a biossegurança. Associa-se a estes diplomas normativos, a criação da Comité Nacional das Mudanças Climáticas e a Autoridade Nacional Designada (AND) no quadro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), através do Decreto nº 13/2012.

O Decreto n. 37/99, determina as regras e os procedimentos aplicáveis aos estudos de impacto ambiental dos projectos de desenvolvimento. Assim, a partir de 2000, os operadores económicos passaram a submeter obrigatoriamente os estudos de impacto ambiental dos projectos antes da sua realização ou

implementação. Além disso, a maioria dos projetos financiados internacionalmente estão sujeitos a avaliação de impacto ambiental prévia antes do desembolso de fundos. Outro aspecto importante é a inclusão do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) nos programas e projectos de desenvolvimento. Prova disto é o Projecto de Reabilitação das Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar (PRIASA), onde o PGAS fez parte do dossier de aprovação e execução do projecto.

A legislação nacional a favor do ambiente e desenvolvimento sustentável é significativa, o que demonstra a preocupação do Estado e dos cidadãos santomenses pela salvaguarda do ambiente e da saúde dos cidadãos.

É importante notar que grande parte da legislação existente precisa de ser revista/atualizada e regulamentada, particularmente sobre a lei de bases do ambiente, os resíduos sólidos, as florestas, extracção de inertes e avaliação de impacto ambiental.

II.6. RATIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Se na esfera nacional houve conquistas importantes em relação à legislação, não menos significativos foram os avanços no plano internacional, com a ratificação da maior parte das convenções das Nações Unidas sobre o ambiente e áreas afins.

No que concerne às convenções ambientais, o país ratificou as três convenções do Rio (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a Convenção sobre a Biodiversidade e a Convenção de Combate a Desertificação nos países gravemente afectados pela Seca) e também a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), o Protocolo de Quioto, o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança, a Convenção de Viena sobre a Protecção da Camada de Ozono, o Protocolo de Montreal e suas Emendas, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção (CITES), a Convenção sobre Zonas Húmidas de importância internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (RAMSAR), a Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (UICN), a Convenção de Bona sobre a Conservação das Espécies Migratórias Pertencentes a Fauna Selvagem (CMS), a Convenção de Basileia sobre o Movimento Transfronteiriço dos Produtos Químicos e Perigosos e sua eliminação, a Convenção de Roterdão sobre o Procedimento de Consentimento Prévio com Conhecimento de Causa, entre outras.

A ratificação das convenções constitui um progresso notável na implementação da agenda do desenvolvimento sustentável. Actualmente, não é fácil avaliar os impactos dos projectos decorrentes dessas ratificações, porém deve-se realçar que com o apoio da comunidade internacional, o país conseguiu desenvolver algumas acções nos domínios das mudanças climáticas, biodiversidade, produtos químicos, desertificação e outras áreas afins. A título de exemplos, são os Projectos de Adaptação às Mudanças Climáticas (AAP) no interior, financiado pelo Governo Japonês e o PNUD e de Adaptação às Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras de S.Tomé, (GEF/BM), Abordagem Integrada do Ecosistema à integração e Conservação da Biodiversidade na Zona Tampão (GEF/FIDA), Promoção do Ambiente Sustentável e Resiliência ao Clima (GEF/PNUD), Reforço de Informação sobre o Clima e os Sistemas de Alerta Precoce em Africa Central e Ocidental (GEF/PNUD). Pode-se citar ainda outros projectos como: Projecto de Conservação e Utilização Racional dos Ecossistemas Florestais de Africa Central (ECOFAC), financiado pela União Europeia, entre outros.

É de realçar também que as principais unidades de conservação (*in situ* e *ex situ*) foram estabelecidas na sequência da ratificação da Convenção da Biodiversidade. Assim, foram criadas o Parque Natural Obô de São Tomé com 296 Km² e o Parque Natural do Príncipe com 40 Km², um Jardim Botânico em Bom Sucesso, bem como um Herbário, onde se realizam investigações científicas sobre a flora santomense. A conservação *in situ* promove a conservação da biodiversidade e fomenta a mudança de comportamento nacional através da educação ambiental. Graças a Convenção de Ozono, o Governo, através da Direcção Geral do Ambiente, Polícia Fiscal Aduaneira e Direcção das Alfandegas tem feito diligências com vista a controlar a entrada de substâncias que empobrecem a camada de ozono e, em parceria com os técnicos de frio e operadores económicos, tem desencadeado esforços com vista a sua eliminação progressiva, daqui à 2030.

II.7. QUADRO INSTITUCIONAL

A partir de 1992, graças à tomada de consciência por parte das autoridades nacionais dos riscos associados aos problemas ambientais à escala mundial, a necessidade de adopção de uma abordagem concertada à escala nacional passou a ser uma realidade. Foi assim que em 1992 foi criada a Direcção do Ordenamento do Território e Meio Ambiente (DOTMA), passando ao Gabinete do Ambiente em 2000, que posteriormente foi transformado em Direcção Geral do Ambiente marcando o início de um processo irreversível de protecção ambiental em São Tomé e Príncipe. Compete a Direcção Geral do Ambiente fazer a concepção, execução e coordenação da política do Estado em matéria do ambiente. Esta Direcção se desdobra em três Direcções, a saber: Direcção Jurídica, Administrativa, de Cooperação, Avaliação e Estudos de Impacto Ambiental; Direcção de Conservação, Saneamento e Qualidade de Ambiente e Direcção de Estatística, Informação, Educação e Comunicação Ambiental.

Entre outros progressos pode-se citar ainda a criação da Direcção das Florestas, em 1993, da DRNE, em 1992, do INM, em 1992, do CONPREC, em 2011 e do Observatório da Redução da Pobreza, em 2005. Ainda ao nível institucional destaca-se os avanços significativos conseguidos no ensino básico com a introdução da disciplina de educação ambiental no currículo escolar dos alunos da 8ª classe. Muito se evoluiu, em meados da década de 90, em termos de conscientização ambiental com o surgimento de muitas organizações não-governamentais (ONGs) ambientais.

Ao nível da Assembleia Nacional existe uma Comissão Especializada das Obras Públicas e Recursos Naturais, que é encarregue pelas questões ambientais e gestão dos recursos naturais, incluindo os recursos petrolíferos. Os avanços conquistados ao nível político associados aos da sociedade civil permitem afirmar-se que há uma evolução muito positiva a nível de tomada de consciência sobre a sustentabilidade ambiental.

Não há dúvidas de que nos últimos cinco anos registou-se avanços consideráveis. Um deles é a classificação da ilha do Príncipe como Reserva da Biosfera pelo Conselho Internacional Coordenador do Programa Homem e Biosfera da UNESCO, em Julho de 2011. Esta classificação é uma conquista significativa que traduz um compromisso do Governo Regional do Príncipe rumo ao desenvolvimento sustentável. A candidatura da ilha do Príncipe à Reserva da Biosfera, no âmbito do Programa MAB da UNESCO é uma iniciativa do Governo Regional do Príncipe, que contou com o cofinanciamento do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento). A inclusão do Príncipe nesta rede deverá potenciar, através de uma maior consciencialização da população e das autoridades santomenses, a conservação da riqueza e diversidade natural que caracterizam a ilha do Príncipe.

No plano económico, destaca-se uma inovação que tem a ver com a criação de Guichet Único. S. Tomé e Príncipe simplificou os procedimentos para a abertura de empresas através da criação do balcão de atendimento único. Os índices publicados pelo *Doing Business* do ano 2012 indicam uma evolução positiva do ambiente de negócios de STP que passou da posição de 174 em 2010 para 163 em 2011, como resultado da implementação de medidas que conduziram à melhoria do ambiente de negócios e redução do custo de investimento no país. Estas medidas vieram facilitar o expediente para a criação de empresas, obtenção de licenças, recrutamento de trabalhadores, registo de propriedade, obtenção de crédito, proteção dos investidores, pagamento das taxas, condução das atividades comerciais transfronteiriças, aplicação dos contratos e encerramento de empresas. Portanto, este guiché permite reduzir o tempo gasto nos processos, baixar os custos e agilizar a actividade empresarial.

Outra inovação importante é a Governação Electrónica. Introduzido em 2008, este serviço tem como objectivo aumentar o acesso do cidadão aos serviços do governo. Esta governação consiste em criar um centro de processamento de dados do Governo, onde se estabelece a troca de informações, em rede, entre os diferentes ministérios e departamentos governamentais. O sector responsável por este serviço é o Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC).

II.8. POLÍTICAS, PLANOS E ESTRATÉGIAS

Em 1998, a República Democrática de São Tomé e Príncipe dotou-se de um Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PNADD), horizonte 1998-2008, com os objectivos estratégicos de gestão ambiental. O PNADD se articula em torno de 8 programas, a saber: 1) Jurídico-Institucional, 2) Promoção da Mulher e da Família, 3) Diversidade Biológica e Ecossistemas Frágeis, 4) Recursos Renováveis, 5) Água Potável, 6) Saneamento do Meio, 7) Resíduos Tóxicos, e 8) Infraestruturas. O PNADD trouxe uma grande mais-valia para a implementação das políticas ambientais definidas pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Para além do PNADD, a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de São Tomé e Príncipe – em duas versões 2002 e 2012, é outro documento de referência que ambiciona guiar as intervenções em matéria de luta contra a pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população, para o horizonte de 2016.

Actualmente o PNADD encontra-se desatualizado tendo em conta que o seu horizonte temporal era válido até 2008. Neste contexto, considera-se de extrema importância a actualização do PNADD e os respectivos planos distritais e regional e proceder ao seu enquadramento jurídico-institucional.

Ciente das fragilidades dos ecossistemas e das vulnerabilidades que caracterizam o país, outros documentos relevantes para o desenvolvimento sustentável foram elaborados. No âmbito da implementação da CQNUMC, São Tomé e Príncipe elaborou instrumentos de base com vista a preparação do país para as eventuais medidas de mitigação e adaptação, designadamente a Estratégia Nacional sobre Mudanças Climáticas (2004), a Comunicação Nacional Inicial (2005), o Plano de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA/PANA, 2006) e a Segunda Comunicação Nacional (2011). No âmbito da CBD, o país elaborou a Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Biodiversidade (NBSAP), 2006 e os Relatórios sobre o Estado da Biodiversidade. Em relação a CCD, o país já elaborou os Relatórios no âmbito das suas obrigações com a Convenção e participa activamente nas Conferências das Partes (COP). Para além destes estudos, foram elaborados também com o apoio das instituições nacionais e multilaterais, os seguintes estudos: o Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo (NLTPS), Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POPs), 2006, Plano para a Gestão de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), 2010, Planos Directores de Gestão dos Pântanos e Resíduos Sólidos,

2005, Plano de Gestão dos Resíduos Biomédicos, 2009, Carta de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, 2006, Estratégia Nacional da Educação para o horizonte 2013 e Plano de Acção da Educação para Todos no horizonte 2015 com realce para o ensino obrigatório até à 6ª classe, Plano de Contingência para Catástrofes Naturais, a Política de Protecção ao Trabalho Infantil, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e de Equidade do Género, o Plano Director de Água e Saneamento, o Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal, o Plano de Acção de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, Planos Estratégico e Director do Turismo, Plano Estratégico de Combate ao Paludismo, Estratégia Nacional de Combate à SIDA, Declaração Nacional de Política de População, 2007.

O Governo continua a adoptar uma série de políticas e/ou estratégias sectoriais que visam influenciar diversas tendências no domínio do ambiente, de população, em especial em matéria de redução da pobreza, da saúde reprodutiva, incluindo a saúde dos adolescentes e o HIV/SIDA. Relativamente ao género, nos últimos dez anos, as mulheres santomenses avançaram muito em termos de equidade e género. Houve progressos consideráveis em relação aos direitos das mulheres e à igualdade de género. A criação em 2010 do Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género, é prova de um avanço institucional importante, uma vez que confirma o compromisso das políticas do Estado com as questões de género. Porém, persistem ainda enormes desigualdades quando se compara os direitos e deveres entre os homens e as mulheres.

II.9. MELHORES PRÁTICAS

Diversas lições podem ser tiradas com a implementação do desenvolvimento sustentável, do BPoA e MSI. Neste capítulo procura-se apresentar as lições aprendidas (melhores práticas) capazes de gerar novos conhecimentos e melhorar as acções dos projectos executados ou em curso, quiçá, os futuros projectos. Assim, destacam-se as seguintes lições:

Envolvimento político institucional:

Actualmente a noção de desenvolvimento sustentável já aparece em quase todos discursos políticos como a única salvaguarda para o futuro de São Tomé e Príncipe. A definição por lei de 30% do território nacional como áreas protegidas, através dos Parques Naturais reafirma o forte engajamento do Estado são-tomense na implementação da política de desenvolvimento sustentável. A ratificação das convenções ambientais constitui, sem dúvida, avanços que vieram enriquecer a legislação nacional relativamente ao ambiente e desenvolvimento sustentável. Com a adopção do diploma relativo a avaliação de impacto ambiental, que estabelece que todas as actividades que pela sua natureza, dimensão ou localização são susceptíveis de provocar impactos significativos no ambiente deverão submeter ao processo de avaliação de impacto ambiental, o quadro jurídico viu-se reforçado na defesa do património natural.

Acções de conscientização e envolvimento da sociedade civil:

Antes da Conferência do Rio 92, não existia praticamente qualquer ONG nacional com experiência/vocação na matéria ambiental. O envolvimento começou realmente com o projecto PNADD, onde foram realizadas uma série de ateliers de sensibilização ao nível nacional, distrital e local envolvendo os líderes comunitários, moradores, agricultores, pescadores, etc. Essas acções representaram um marco, pois permitiram inserir as questões ambientais nas actividades cotidianas de todos actores da sociedade santomense. Graças as campanhas de sensibilização, registou-se uma evolução significativa em termos de conscientização ambiental, levando ao surgimento de muitas organizações não-governamentais (ONG) ambientais. A introdução da consulta e a audiência públicas no processo de avaliação de impacto ambiental confirma a importância da participação do cidadão na gestão do ambiente.

Mudanças de abordagens:

A aplicação de abordagens integradas no quadro de implementação das acções/projectos revela que as abordagens de implementação estão a evoluir. Actualmente, a maioria das intervenções são multisectoriais e aplicam estratégias integradas de forma a cobrir ao mesmo tempo e num só projecto vários componentes, evitando assim desperdício de tempo e dinheiro.

Prioridades nacionais

O lançamento das ideias/áreas prioritárias se inscrevem no âmbito das estratégias e políticas existentes ao nível nacional, o que faz dos projectos um complemento às acções governativas.

Construção de parcerias:

A construção de sinergias multisectoriais e parcerias foi uma experiência valiosa de trabalho participativo, que fortaleceu capacidades técnicas e humanas num esforço interdisciplinar e intersectorial. Um exemplo prático é o Protocolo de Parceria de trabalho assinado entre a Direção das Florestas e os Comandos Distritais da Policia Nacional com vista a controlar o abate ilegal da madeira.

II.10. CONSTRANGIMENTOS/INSUFICIÊNCIAS

O processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe confronta-se com uma série de problemas característicos dos PEID, como a insularidade, a reduzida dimensão territorial, a fragilidade dos ecossistemas às mudanças climáticas, vulnerabilidade em termos de volume de produção e mercado interno, vulnerabilidade às crises financeiras externas e forte dependência da ajuda externa. Para além desses problemas, durante o período de implementação do Plano de Acção de Barbados e da Estratégia das Maurícias, São Tomé e Príncipe conheceu uma instabilidade governativa marcada por mudanças institucionais com consequências gravíssimas para o desenvolvimento do país. Acrescenta-se aos factos acima mencionados, a pobreza e segurança alimentar, a integração de desenvolvimento sustentável nas políticas de desenvolvimento a falta de coordenação e harmonização das políticas publicas como barreiras aos esforços envidados para garantir o desenvolvimento sustentável.

Governança

Apesar dos avanços registados na consolidação da democracia, ainda persistem algumas insuficiências na prestação eficaz dos serviços sociais de base e no combate à corrupção. Acrescenta-se a estes factos, as frequentes instabilidades políticas acompanhadas de sucessivas quedas de governos que lamentavelmente não permitiram criar condições propícias para a execução das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis. A título de exemplo, em 8 anos, isto é, da Conferência das Maurícias em 2005 à 2013, o ministério tutelar do ambiente já conheceu 10 ministros do ambiente, tendo cada titular uma visão diferenciada das prioridades do país. Dai, torna-se necessário que o país tenha uma orientação estratégica e política própria em matéria de desenvolvimento a longo prazo.

Torna-se também necessário garantir o real e efetivo funcionamento dos tribunais, modernizar a administração pública, combater seriamente a corrupção, de modo a garantir uma sociedade mais justa, democrática, onde reina a confiança e esperança num futuro melhor.

Dependência dos recursos financeiros externos

Os recursos internos necessários para reforçar as capacidades dos serviços e implementar acções de desenvolvimento sustentável são muito limitados. São Tomé e Príncipe é um país amplamente dependente da ajuda externa, nomeadamente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que financia a maioria do Programa de Investimento Público. Com base em dados recolhidos do ENRP II, 2012-

2016, constata-se que APD representa em média 75 a 80% do volume anual do programa de investimentos públicos e vem-se constatando nos últimos anos uma diminuição dos recursos da ajuda externa para o financiamento das ações de redução da pobreza. As condições de acesso a certos financiamentos são muitas vezes complexas e rigorosas, como é caso de Fundo para o Ambiente Mundial (GEF), Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), Fundo para Países Menos Avançados (LDCF) e mecanismo de Redução de Emissões da Desflorestação e Degradação das Florestas (REED+). No que concerne a certificação ambiental e social das empresas (ISO), lamentavelmente São Tomé e Príncipe ainda não fez uma reflexão sobre esta matéria, porém acções devem prosseguir para avaliar em que medida a certificação ambiental poderá contribuir para a protecção ambiental.

Pobreza e segurança alimentar

De acordo com os dados mais recentes, 66,2% da população vive debaixo do limiar de pobreza. O fraco dinamismo da economia e a fraca diversificação do tecido produtivo reforçam a dependência da população da utilização directa dos recursos naturais. Apesar do bom desempenho macroeconómico, alguns relatos indicam que a situação de pobreza piorou nos últimos anos, pois os progressos económicos não traduzem, necessariamente, uma melhoria significativa nas vidas das pessoas. Entretanto, é de questionar o posicionamento da FAO que laureia São Tomé e Príncipe entre os 38 países que irão realizar em 2015 o primeiro objectivo do desenvolvimento do milénio e o objectivo da Cimeira Mundial de Alimentação.

Insularidade

O isolamento constitui um dos maiores entraves ao desenvolvimento sustentável de São Tomé Príncipe. Os sobrecustos gerados pela insularidade são estimados à 14% do PIB; 4% são directamente ligados às condições de importação e exportação via marítima, 3 % ao transporte aéreo de passageiros, 4,5 % à energia e mais de 2,5 % às comunicações (BAD, 2013). Esses sobrecustos são ainda mais notáveis na ilha do Príncipe, pois os preços de todos os produtos importados são mais elevados na RAP devido a dupla insularidade;

Falta de integração de desenvolvimento sustentável nas políticas de desenvolvimento

Apesar dos esforços envidados para a integração de uma visão de sustentabilidade nas estratégias de desenvolvimento do país, os sistemas de tomada de decisão vigentes ainda não contemplam uma integração plena dos aspectos ambientais nos planos nacionais e sectoriais de desenvolvimento. A não integração dos factores ambientais nos planos nacionais e sectoriais de desenvolvimento, constitui um obstáculo para conquista do desenvolvimento sustentável, e por conseguinte, do BPoA e MSI.

Outros **constrangimentos** foram também reconhecidos pelos multi-stakeholders, a saber:

- Falta de informação e de sensibilização: o aumento da degradação ambiental e a falta de êxito na política ambiental deve-se, entre outros, a escassez e acesso de informação e de sensibilização a nível nacional sobre os problemas que afectam o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Ausência de uma política nacional de emprego e formação profissional tem criado frustrações na camada mais jovem do país em busca do primeiro emprego.
- Actualização dos textos jurídicos: muitos desses diplomas foram elaborados logo após a Primeira Cimeira da Terra, daí que carecem de uma actualização para dar resposta aos novos desafios.
- Problemas das infraestruturas, água, energia e transportes: há muitos planos e programas de desenvolvimento que priorizam o desenvolvimento de iniciativas e acções que visem reabilitar e desenvolver as infraestruturas económicas, dos transportes, de comunicação, de energia, de água

e saneamento do meio. Entretanto, a falta de recursos financeiros e técnicos não permitiram a materialização de muitos projectos nesses domínios.

- Seguimento a avaliação: nesta matéria nota-se ainda uma incapacidade das instituições nacionais para cumprir as suas missões. Há relatos que revelam limitações dos recursos humanos e materiais das instituições públicas para fazer a coordenação, seguimento e fiscalização das acções no terreno. Assim, a definição de indicadores do quadro de seguimento e avaliação é extremamente importante para fazer uma avaliação correta do grau de implementação dos projectos.
- Inexistência de um documento de estratégia de política do desenvolvimento nacional, único, integrando todos sectores da vida económica e social nacional.
- Ausência de uma estrutura responsável pelo Desenvolvimento Sustentável
- Incapacidade da sociedade civil de encontrar financiamento para intervir no domínio de desenvolvimento sustentável;
- Fluxos migratórios (campo-cidade) aceleram o processo de urbanização do país, agravando a pobreza nos meios urbanos.
- Problema de mentalidade
- Descentralização insuficiente e ineficaz das instituições/serviços pública (o)s.
- Cobertura insuficiente do território nacional pelos órgãos de comunicação nacional (radio e televisão);
- Falta de recursos humanos competentes e materiais.
- Segurança pública

III. COMPROMISSO RENOVADO

Graças aos compromissos e a vontade política do governo, houve ganhos na implementação dos compromissos assumidos no quadro das Maurícias e do Plano de Acção dos Barbados (BPoA), uma vez que se complementam. Houve avanços nos domínios de saúde e educação, das mudanças climáticas, resíduos, turismo e biodiversidade. Mas há áreas onde se pode considerar que houve retrocesso, como por exemplo a de energia, pois a situação piorou nos últimos anos. Existem dois aspectos que marcaram a trajetória desses últimos anos: um deles é a ampla tomada de consciência das autoridades nacionais em relação aos problemas ambientais e a forte vontade manifestada de contribuir para a sua resolução, e outro aspecto, não menos importante, é a eleição da ilha do Príncipe como Reserva da Biosfera da UNESCO, em Julho de 2012. Actualmente, a noção do ambiente e desenvolvimento sustentável já aparece em quase todos discursos políticos, como a única garantia para o futuro de São Tomé e Príncipe, o que é de louvar.

Para renovar esses compromissos, São Tomé e Príncipe deve consolidar os progressos alcançados e avançar decididamente na implementação efectiva de todos os compromissos assumidos no quadro de implementação das convenções internacionais, dos acordos regionais, das diferentes Estratégias e Planos de Acção de carácter internacional e regional, bem como na execução das políticas, planos e programas nacionais de caris ambiental. Com efeito, considera-se de extrema importância a actualização do PNADD e os respectivos planos distritais e regional e adotá-lo sob forma de lei.

Considerando que as linhas de acções estratégicas (eixo 2) da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e o PNADD estão intrinsecamente ligados com os compromissos estabelecidos no quadro

do Plano de Acção de Barbados, na Estratégia das Maurícias, é evidente que a implementação dessas políticas nacionais contribui directa e/ou indirectamente para o desenvolvimento sustentável e o prosseguimento da Execução do BPoA e MSI. Neste sentido, deverão ser desenvolvidas as seguintes acções:

- Promover a divulgação dos resultados da Samoa ao nível nacional, através de ateliers de sensibilização ;
- Considerar os resultados da Samoa nas estratégias, planos e programas do governo tanto ao nível sectorial como nacional ;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a implementação dos resultados da Samoa.

IV. DESAFIOS NOVOS E EMERGENTES

IV.1. DESAFIOS NOVOS E EMERGENTES

A erradicação da pobreza e da fome constituem, sem dúvidas, um dos maiores desafios de São Tomé e Príncipe nos próximos anos. Daí que, urge reorientar e implementar políticas públicas no sentido de promover o crescimento económico e a eliminação da pobreza absoluta, bem como as desigualdades sociais extremas. Para além deste desafio, existe ainda um vasto conjunto de desafios a vencer, tais como:

Infraestruturas:

Com base em dados recolhidos dos diagnósticos realizados, constatou-se que o deficiente estado de conservação das infraestruturas é um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do país. Assim, acções deverão ser concentradas com vista a melhorar as infraestruturas e equipamentos de apoio à produção económica.

Formação de pessoal qualificado

STP possui quadros formados, porém regista-se ainda a falta de mão-de-obra qualificada para fazer face aos novos desafios que se colocam, como a transformação de São Tomé e Príncipe numa Plataforma de Prestação de Serviços, a exploração de petróleo, entre outros. Neste contexto, torna-se necessário investir no capital humano, o que implica melhoria da capacitação técnica e profissional dos jovens, para que os mesmos participem no desenvolvimento do país.

Energias renováveis:

A lenha e carvão representam cerca de 66% de energia consumida na cozinha de maior parte da população são-tomense, principalmente nas comunidades rurais e o combustível fóssil representa cerca de 32% da energia consumida, INGEE, 2009. A utilização de outras fontes de energia não fósseis ou renováveis contribuirá para uma redução significativa dos produtos petrolíferos e consequente redução de CO2 e da pressão exercida sobre as florestas. O maior desafio, portanto, nos próximos anos será formular políticas alternativas de produção sustentável de energia, capazes de atingir (nos próximos 10 anos) um consumo energético de energias renováveis em torno de 30% em todo país.

Problemas ambientais, mudanças climáticas e gestão das catástrofes

São Tomé e Príncipe possui uma flora e fauna bastante rica e ocupa um lugar de destaque ao nível da sub-região, no que concerne ao número de espécies de fauna e flora endémicas. Dadas as suas características geoclimáticas, São Tomé e Príncipe está exposto às consequências das mudanças

climáticas, conhecendo fenómenos climáticos extremos, que frequentemente atingem os sectores mais vulneráveis ao clima, nomeadamente a agricultura, florestas, pecuária, pescas, recursos hídricos, infraestruturas, saúde e segurança alimentar. A exposição aos fenómenos climáticos extremos associada as vulnerabilidades económicas comprometeram em grande medida a realização de alguns Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e por conseguinte, a implementação do BPoA e MSI. Portanto, o maior desafio é integrar as mudanças climáticas no processo de planeamento nacional e preparar respostas rápidas e eficazes aos efeitos das mudanças climáticas e aos riscos das catástrofes naturais em todos sectores socioeconómicos (UNDAF, 2012-2016). Neste contexto, São Tomé e Príncipe conta com o apoio dos mecanismos financeiros existentes no quadro da CQNUMC, tais como o GEF e o LDCF para os projectos de adaptação.

Exploração do Petróleo

A exploração do petróleo constitui actualmente uma expectativa, o qual o país poderá tirar vantagens num futuro próximo. Porém, tudo depende da forma como os mesmos recursos serão geridos. Se não forem geridos de forma transparente e utilizados convenientemente para beneficiar os mais pobres e mais vulneráveis, a exploração do petróleo poderá se transformar numa maldição e frustrar completamente as expectativas da população. A exploração do petróleo coloca igualmente um conjunto de preocupações e desafios ao desenvolvimento e estabilidade económica do país, tendo em conta a insuficiência do sistema jurídico e regulamentar e a fraca capacidade do sector público e privado.

Segurança marítima

A segurança marítima da região do Golfo da Guiné é uma questão cuja relevância ultrapassa as fronteiras do espaço regional em que o país está inserido. O aumento dos actos de pirataria e assaltos à mão armada no Golfo da Guiné não só põem em causa a soberania dos Estados e o desenvolvimento sustentável da região, mas também o comércio internacional, a segurança e a disponibilidade das fontes energéticas que sustentam a economia mundial. Dai que, conta-se com o envolvimento dos países do Golfo e da comunidade internacional na solução deste fenómeno. Com vista a por cobro ao tráfico e pirataria na região, foi criada sob a égide dos Chefes de Estados do Golfo da Guiné, uma Estratégia Comum para dar respostas a esses fenómenos.

Outros desafios para São Tomé e Príncipe nas próximas décadas incluem a redução do nível da pobreza, a promoção da mudança de mentalidade, a descentralização, a gestão dos resíduos sólidos, a política de terra/fundiária, a indústria extrativa de inertes, a perda da biodiversidade, a devastação das florestas para conquista de novas terras para prática agrícola, tanto para culturas de subsistência como para monoculturas destinadas às indústrias, êxodo rural, a educação ambiental, assimetrias distritais/regionais e ordenamento do território e falta de acesso a serviços sociais básicos, entre outros.

IV.2. ACÇÕES PRÁTICAS PARA SUPERAR OS DESAFIOS

São Tomé e Príncipe deve adoptar medidas, com vista ao reforço e aprofundamento das relações de amizade e de cooperação, com os tradicionais parceiros de desenvolvimento e as agências internacionais, bem como no aprofundamento da cooperação com os países emergentes e da CPLP. Para tal há que desencadear acções concretas no sentido de:

- Promover a boa governação como factor de desenvolvimento e melhoria do ambiente de negócios para atrair o investimento privado;

- Combater à pobreza: concessão de microcrédito para actividades geradoras de rendimento, emprego, formação socioprofissional, melhoramento das infraestruturas comunitárias, etc.
- Elaborar um Plano de Acção Estratégico: que inclui uma visão estratégica para o desenvolvimento, tendo em conta a posição geográfica e estratégica privilegiada do país no centro do Golfo da Guiné;
- Promover o crescimento económico: deve-se investir rigorosamente nos sectores estratégicos como turismo, agricultura, pecuária e pescas para impulsionar a economia, facilitar acesso ao crédito e gerar empregos e melhoria das condições de atracção do investimento estrangeiro;
- Capacitar os técnicos nacionais para assegurar que o país tenha capacidade suficiente de mobilizar, absorver e controlar o financiamento externo;
- Reforçar a cooperação regional e internacional : este reforço se materializa através da partilha de conhecimentos, boas práticas e desenvolvimento de redes entre as diferentes partes, a concepção e implementação de programas conjuntos nos domínios de pesquisas, assistência técnica e desenvolvimento em geral.
- Participar na iniciativa Pobreza e Ambiente do PNUD-PNUA.
- Implementar programas/projectos integrados de apoio à segurança alimentar.

V. PRIORIDADES E EXPECTATIVAS DE STP EM RELAÇÃO A III CONFERENCIA 2014

As prioridades estratégicas propostas articulam-se com aquelas definidas no PNADD, na ENRP II e nos compromissos do MSI. Contudo, uma atenção especial será dada às actuais prioridades do país de forma a responder as exigências da Conferência de Samoa 2014.

V.1. PRIORIDADES PARA A PRÓXIMA DÉCADA

De acordo com o “Ambiente do Investimento Privado em São Tomé e Príncipe”, (BAD, 2013), São Tomé e Príncipe não apresenta actualmente atractivos que podem oferecer outros países da região mais bem dotados em termos de recursos naturais. Daí que, cabe ao Estado santomense identificar os principais pontos fortes capazes de fazer crescer a sua capacidade atractiva ao nível regional e poder tirar o melhor partido disso. Este documento aponta quatro sectores estratégicos que poderão constituir rapidamente uma base de crescimento estruturante, sustentável e inclusivo, onde todos poderão participar e partilhar equitativamente os benefícios do crescimento. Tratam-se dos sectores do 1) turismo (balnear e ecológico); 2) diversificação e revitalização agrícola (legumes e frutas), avicultura e pecuária; 3) café e cacau e, por último, 4) sector financeiro (bancos de fomento). Tendo em conta a posição geográfica e estratégica privilegiada no centro do Golfo da Guiné, por um lado, e, por outro, considerando a riqueza da biodiversidade e suas paisagens naturais, um dos principais pontos fortes capazes de fazer crescer a capacidade atractiva de São Tomé e Príncipe é a sua transformação num centro de prestação de serviços ao nível da região africana e do mundo. Esta nova visão estratégica para o desenvolvimento do país implica a definição e implementação de um conjunto de medidas de política que se consubstanciam em:

- Melhoria dos níveis atuais dos sistemas das infraestruturas imprescindíveis ao desenvolvimento económico e social, designadamente a energia, água e saneamento, estradas, transportes, comunicações, criando facilidades de comunicações entre as ilhas;
- Segurança alimentar, através do desenvolvimento da agricultura e das pescas, apostando nas especiarias e culturas biológicas, como por exemplo, o cacau e café biológico;
- Desenvolvimento dos Recursos Humanos, consiste em desenvolver o capital humano e orientar o sistema de formação técnico-profissional para atender às necessidades do mercado de trabalho;
- Promoção dos valores éticos e morais,
- Melhoria do Sistema de Saúde a todos níveis: central e distrital/regional;
- Boa governação, acesso à justiça e serviços sociais básicos;
- Melhorar o ambiente de negócios, através da adopção de uma estratégia para a melhoria do ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe, com vista a atrair investimentos privados estrangeiros;

Tabela 2 : Acções Prioritárias

| Lacunas | Acções Prioritárias |
|--|---|
| O estado actual das infraestruturas altamente degradadas | Mobilizar recursos financeiros necessários, com vista a levar água potável, energia, estrada, transportes a um número cada vez maior da população; Introduzir melhorias em infraestruturas no interior das ilhas que ajudarão a manter as populações em seus locais tradicionais, em vez de forçá-las a migrar para áreas urbanas em busca de melhor qualidade de vida; Criar condições para o estabelecimento regular e seguro das ligações aéreas e marítimas entre as ilhas de São Tomé e Príncipe; Desenvolvimento do turismo (ecoturismo e balnear); Desenvolvimento de actividades económicas, urbanísticas e sociais |
| Governação deficiente | Reforma do Estado, da administração pública, dos tribunais, combate à corrupção e na recuperação da imagem externa do país; Descentralização; Manutenção do clima de paz e estabilidade social e institucional |
| A não aplicação dos textos jurídicos; Fracas vulgarização dos textos jurídicos; Disfuncionamento do Fundo Nacional do Ambiente | Reforçar a capacidade de intervenção e da aplicação da legislação ambiental; Actualizar o dispositivo legal, promover fiscalização e inspecção ambiental; Vulgarização dos textos relativos ao ambiente; Funcionamento do Fundo Nacional do Ambiente e sua aplicação em projectos de restauração ambiental. |
| O desempenho macroeconómico não é traduzido na via dos cidadãos | É necessário promover o crescimento económico, investindo nos sectores estratégicos como turismo, agricultura, pecuária e pescas para impulsionar a economia, facilitar acesso ao crédito e gerar empregos e melhoria das condições de atracção do investimento estrangeiro. Reduzir a dependência de importação de produtos alimentares e estimular a produção interna. |
| Excesso de burocracia | Melhoria do ambiente de negócios para atrair o investimento privado simplificando as burocracias, o tempo e os custos associados, bem como melhorando as condições estruturais em que os investidores operam. |

| | |
|---|--|
| Fraca sensibilização em algumas franjas da população | Continuar a organizar em colaboração com as ONGs ambientais, acções de sensibilização e educação ambiental. Institucionaliza a educação ambiental Introduzir a educação ambiental em todos níveis do sistema educativo formal e não formal. |
| A soberania dos Estados do Golfo da Guiné está ameaçada devido a pirataria e assaltos à mão armada na região. | Definição e operacionalização de uma estratégia comum ao nível da região sob uma abordagem de defesa/militar, económica e ecossistémica. Estabelecer parcerias com os países da região, assim como as organizações internacionais para por cobro a pesca ilegal. |
| Perda de valores éticos e morais | Definir um programa de intervenção cultural, social e moral, com vista a promover os valores da cidadania em parceria com os diversos agentes sociais. |
| Investigação oceanográfica | Implementar a investigação oceanográfica, de modo a promover medidas de protecção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos e costeiros, minimizando os efeitos da poluição e da erosão costeira. |

V.2. EXPECTATIVAS DE STP EM RELAÇÃO A CONFERÊNCIA DE SAMOA 2014

Renovar os Compromissos/Engajamentos Políticos :

A Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento de Samoa, em 2014 irá oferecer uma oportunidade única aos PEIDs para renovar os seus engajamentos ou compromissos a favor dos compromissos de Barbados e das Maurícias. Com efeito, estes engajamentos incidem sobre:

- Criação de dispositivos de cooperação entre os PEIDs,
- Desenvolvimento um mecanismo eficaz de financiamento das futuras acções prioritárias.

O intercâmbio e transferência de tecnologias entre os países insulares constituem um domínio que deverá merecer uma atenção especial.

Outros aspectos como o agravamento da vulnerabilidade climática, a segurança marítima (combate à pirataria, contrabando e roubo de recursos haliêuticos nas águas territoriais), a segurança alimentar, a dependência externa (financeira; alimentar, etc.), a boa governação/governança e transparência deverão também fazer parte da agenda dos trabalhos da Conferência.

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Felizmente, nas últimas décadas, o São Tomé e Príncipe fez grande progresso em termos de crescimento económico e ambiental com alguns recuos em termos sociais. Importa dizer que o bom desempenho macroeconómico não traduz, necessariamente, uma melhoria significativa nas vidas das pessoas. Nesta perspectiva, São Tomé e Príncipe deve continuar a fazer esforços no sentido de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Milénio e a apostar nos seus recursos humanos como principal recurso estratégico do país.

Nesses últimos anos o país criou um quadro legal, o que demonstra uma grande vontade política em implementar os compromissos assumidos ao nível internacional. O país assinou e ratificou as principais convenções das Nações Unidas nos domínios do ambiente e dotou de uma série de dispositivos legais relacionados com a preservação do ambiente. Graças a ratificação das

convenções, o país beneficiou de muitos financiamentos com a implementação de projectos estruturantes.

A articulação entre os três pilares do Desenvolvimento Sustentável (económico, social e ambiental) ainda constitui um grande desafio. Pressupõe-se que essa articulação deverá passar pela criação e operacionalização de um órgão responsável pelo Desenvolvimento Sustentável conforme a recomendação das Nações Unidas.

Os resultados das parcerias entre o Governo e as organizações da sociedade civil demonstram que, unidos, é possível enfrentar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável.

O PNADD encontra-se desatualizado tendo em conta o seu horizonte temporal que era válido até 2008. Neste contexto, considera-se de extrema importância a sua actualização e os respectivos planos distritais e regional e proceder ao seu enquadramento jurídico-institucional.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Déclaration de la Barbade. Conférence mondiale sur le développement durable des petits Etats insulaires en développement, Bridgetown - Barbade 26 avril - 6 mai 1994.
- Relatório Nacional para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Política da República Democrática de São Tomé e Príncipe no contexto do desenvolvimento sustentável, avaliação de progresso e perspectiva de Joanesburgo 1992-2002
- RDSTP. Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (2012-2016),
- RDSTP. Relatório Nacional de Avaliação da Estratégia de Implementação das Maurícias, 2009.
- RDSTP. National Progress Report on Sustainable Development, 2012.
- RDSTP. Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (1998-2008). Governo São Tomé e Príncipe, Capacidade 21.
- RDSTP. Decreto n. 37/99, Diário da República de São Tomé e Príncipe, Nº 12, de 30/11/99. Regulamento sobre o processo de Avaliação do Impacto Ambiental.
- RDSTP. Profil de la Pauvreté à Sao tome et principe en 2010, version du 22 décembre 2011.
- Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, PNUD.
- Relatório Anual de Seguimento da Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2008), Ministério de Plano e Finanças.
- República Democrática de São Tomé e Príncipe: Programa de Reabilitação de Infraestruturas para Suportar a Segurança Alimentar (PRIASA), Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), julho de 2010.
- São Tomé e Príncipe, UNDAF - Plano Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento – 2012 – 2016.
- Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas, S. Tomé e Príncipe, Agosto de 2011.
- Segundo Relatório de Acompanhamento Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. PAM, UNFPA, UNICEF, OMS e PNUD, São Tomé, Outubro de 2008.

- Termos de Referência para a elaboração do Relatório Nacional para a preparação à Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Ápia, Samoa, 2014.
- United Nations, the Millennium Development Goals Report, July 2011, New York.

Bibliografia digital

- www.un.org
- www.unstp.org
- www.gabinete-ambiente-stp.org
- www.thegef.org